

Na mesma colecção, e sobre temas afins do tratado no presente volume, destacamos:

- N.º 1 — *História das Técnicas*, Pierre Ducassé
N.º 5 — *As Origens da Burguesia*, Régine Pernoud
N.º 9 — *História do Teatro*, Robert Pignarre
N.º 13 — *História da Geografia*, René Clozier
N.º 25 — *A Revolução Francesa*, P. Nicolle
N.º 33 — *As Lutas Sociais na Roma Antiga*, Léon Bloch
N.º 43 — *A Pré-História da Sociedade Europeia*, V. G. Childe
N.º 46 — *A Escrita*, Marcel Cohen
N.º 48 — *Introdução à Arqueologia*, V. G. Childe
N.º 51 — *As Cidades da Idade Média*, H. Pirenne
N.º 71 — *História da Pintura*, L. Benoist
N.º 76 — *Que é o Feudalismo*, F. L. Ganshof
N.º 83 — *As Civilizações Antigas do Médio Oriente*, Pierre Amiet
N.º 92 — *A Revolução Industrial*, T. S. Ashton
N.º 99 — *A Revolução Industrial da Idade Média*, Jean Gimpel
N.º 110 — *As Civilizações Africanas*, D. Paulme
N.º 119 — *O Renascimento*, P. Faure
N.º 122 — *História da Grécia Antiga*, J. Hatzfeld
N.º 125 — *O Mito da Idade Média*, Régine Pernoud
N.º 134 — *As Invasões Bárbaras*, P. Riché
N.º 145 — *O Trabalho na Idade Média*, J. Heers
N.º 156 — *A Alta Idade Média Ocidental*, M. Banniard
N.º 162 — *A Espionagem e a Contra-Espionagem*, Jean-Pierre Alem
N.º 164 — *Os Templários*, Régine Pernoud
N.º 167 — *O Imperialismo*, P. Braillard
N.º 171 — *As Grandes Etapas do Progresso Técnico*, M. Daumas
N.º 189 — *Introdução à História e Filosofia das Ciências*, Amorim da Costa

MARC BLOCH

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA

6.ª edição

colecção
SABER

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA, OS HOMENS E O TEMPO

I. — A opção do historiador

A palavra «história» é uma palavra velhíssima, tão velha que houve quem se cansasse dela. É certo que foi raro chegar-se ao ponto de a querer riscar inteiramente do vocabulário. Os próprios sociólogos da escola de Durkheim lhe dão guarida. Mas relegam-na para um pobre cantinho das ciências do homem: espécie de refugio onde, reservando à sociologia tudo o que lhes parece susceptível de análise racional, precipitam os factos humanos considerados, simultaneamente, mais superficiais e mais fortuitos.

Nós lhe guardaremos aqui, pelo contrário, a sua mais larga significação. A palavra não profbe, de antemão, nenhuma direcção de pesquisa, quer deva orientar-se de preferência para o individuo ou para a sociedade, para a descrição das coisas momentâneas ou para a indagação dos elementos mais duradouros; ela não contém em si mesma nenhum credo; não obriga, consoante a sua etimologia primeira, a outra coisa além da «investigação». Decerto a palavra, desde que apareceu, há já mais de dois mil anos, na boca dos homens, mudou muito de conteúdo. Tal é a sorte, na linguagem, de todos os termos realmente vivos. Se as ciências, a cada uma das suas conquistas, tivessem de procurar um nome novo para si — quanto baptismo e quanto tempo perdido no reino das academias!

Mas o facto de permanecer tranquilamente fiel ao seu glorioso nome helénico não significa que a nossa história

seja igualzinha à que escrevia Hecateu de Mileto; tal como a física de Lorde Kelvin ou de Langevin não é a de Aristóteles. Que é ela então?

Não haveria interesse, logo no começo deste livro, centrado em torno dos problemas *reais* da pesquisa, em delinear uma hirta e longa definição. Qual o trabalhador sério que alguma vez se enleou em tais artigos de fé? A sua meticolosa precisão não deixa apenas escapar o que há de melhor em todo impulso intelectual; entenda-se: o que há nele de simples veleidades de impulso para um saber ainda mal determinado, de poder de extensão. O pior nisso é o de não se definir tão cuidadosamente senão para delimitar melhor. «Esse assunto», diz o Guardião dos Divinos Termos, «ou essa maneira de o tratar, é na verdade coisa sedutora. Mas toma cautela, ó efebo: não é História.» Somos nós pois juizes de antanho para regulamentar as obras consentidas às gentes do officio?, e, uma vez conclusa a relação delas, reservar por certo o seu exercício aos nossos mestres encartados (3)? Os físicos e os químicos são muito mais sensatos, pois nunca ninguém, que eu saiba, os viu discutindo acerca dos direitos respectivos da física, da química, da química física ou — supondo que o termo exista — da física química.

Não é menos verdade que, perante a imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a circunscrever nela o ponto particular de aplicação dos seus instrumentos; a fazer nela, por conseguinte, uma escolha que, de toda evidência, não será a mesma do biologista, por exemplo; que será propriamente uma escolha de historiador. Trata-se de um autêntico problema de acção. Ele nos acompanhará ao longo de todo o nosso estudo.

II. — A história e os homens

Algumas vezes se disse: «A História é a ciência do passado.» É erro dizê-lo, em meu entender.

Primeiro que tudo, a própria ideia de que o passado, como tal, possa ser objecto de ciência é absurda. De fenómenos cuja única característica comum é não terem sido nossos contemporâneos, como faremos, sem decantação prévia, matéria de um conhecimento racional? Será possível imaginar, simetricamente, uma ciência total do universo no seu estado presente?

É certo que nos primórdios da historiografia os velhos avalistas se não embarçavam com escrúpulos desta ordem. Contavam, a trouxe-mouxe, acontecimentos cujo único vínculo era terem ocorrido pela mesma altura: eclipses, granizos, aparição de espantosos meteoros com as batalhas, mortes de heróis e de reis. Mas nesta primeira memória da humanidade, confusa como uma percepção de criancinha, um esforço firme de análise, realizou pouco a pouco a classificação necessária. É verdade que a linguagem, basilarmente tradicionalista, conserva naturalmente o nome de «história» para todo estudo de uma mudança na duração... O hábito não tem perigo, porque não ilude ninguém. Há, neste sentido, uma história do sistema solar, pois que os astros que o constituem não foram sempre como hoje os vemos. É do foro da astronomia. Há uma história das erupções vulcânicas que é, estou certo disso, do maior interesse para a física do globo. Não pertence à história dos historiadores.

Ou, pelo menos, não lhe pertence salvo na medida, talvez, em que sucedesse que as suas observações pudessem, de uma maneira ou outra, encontrar-se com as preocupações específicas da nossa própria história. Como se institui, na prática, a divisão das tarefas? Um exemplo vai permitir compreendê-lo melhor do que o muito discurrer.

★

No século X da nossa era, um golfo profundo, o Zwin, recortava a costa flamenga. Depois, assoreou-se. Em que secção do conhecimento havemos de situar o estudo deste

fenómeno? A primeira vista, toda a gente designará a geologia. Mecanismo de formação de aluviões, papel das correntes marítimas, modificações, talvez, no nível dos oceanos: não foi a geologia nada e criada para tratar de tudo isto? Decerto. Vistas, porém, mais de perto, as coisas não são assim tão simples.

Trata-se, primeiro, de esquadrihar as origens da transformação? Eis aí o nosso geólogo forçado a abordar assuntos que não são já da sua estrita jurisdição, visto que o entulhamento foi, sem dúvida alguma, favorecido, pelo menos, pela construção de diques, desvios de canais, drenagens: tudo actos humanos, nascidos de necessidades colectivas, e que só uma determinada estrutura social tornou possíveis.

No outro extremo da cadeia, novo problema: o das consequências. A pouca distância do fundo do golfo erguia-se uma cidade. Era Bruges. Comunicava com o golfo por um pequeno braço de mar. Pelas águas do Zwin recebia a maior parte das mercadorias que faziam dela, guardadas todas as proporções, uma Londres ou uma Nova Iorque daquele tempo. Tornaram-se cada dia mais sensíveis os progressos do assoreamento. A medida que recuava a superfície inundada, Bruges bem encaminhou progressivamente para a foz os seus antepostos; os seus canais, não obstante, foram a pouco e pouco adormecendo. É certo que não foi esta de maneira nenhuma a única causa do seu declínio. Pode o físico agir sobre o social sem que a sua acção seja preparada, ajudada ou permitida por outros factores que procedem já do homem? Mas, no curso das ondas causais, é indubitável que aquela causa foi uma das mais eficazes.

Ora, a obra de uma sociedade que remodela o solo em que vive conforme as suas necessidades é, toda a gente o sabe por instinto, um facto eminentemente «histórico». De igual modo, as vicissitudes de um poderoso centro comercial; por meio de um exemplo bem característico da topografia do saber, temos, por um lado, um

ponto de cruzamento, onde a aliança de duas disciplinas se revela indispensável a toda a tentativa de explicação; por outro lado, um ponto de passagem, onde, quando o fenómeno foi assinalado e só os seus efeitos, doravante, estão em causa, ele é de algum modo definitivamente cedido por uma disciplina a outra. Que aconteceu todas as vezes que houve que fazer-se imperioso apelo à intervenção da história? Surgiu o que era humano. Há muito, com efeito, que os nossos grandes precursores, um Michelet, um Fustel de Coulanges, nos tinham ensinado a reconhecer: o objecto da história é por natureza o homem (4). Melhor: os homens. Mais do que o singular, favorável à abstracção, convém a uma ciência da diversidade o plural, que é o modo gramatical da relatividade. Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exactamente os homens que a história pretende apreender (5). Quem não o conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça.

★

Do carácter da história como conhecimento dos homens decorre a sua posição particular perante o problema da expressão. É a história «ciência» ou «arte»? Os nossos bisavós, por volta de 1800, gostavam de dissertar com gravidade a seu respeito. Mais tarde, cerca de 1890, respirando uma atmosfera de positivismo um tanto ou quanto rudimentar, houve especialistas do método que se indignavam com o facto de, nos trabalhos históricos, o público atribuir uma importância, em seu entender excessiva, àquilo a que eles chamavam «a forma». Arte contra ciên-

cia, forma contra fundo: questiúnculas boas para lançar no alforje de peitos da escolástica!

Não há menos beleza numa equação exacta que numa frase apropriada. Mas cada ciência tem a estética própria da sua linguagem. Os factos humanos são, por essência, fenómenos delicadíssimos, muitos dos quais escapam à medida matemática. Cumpre utilizar uma linguagem finíssima, uma cor adequada ao tom verbal, para traduzir bem os factos humanos, e portanto para os penetrar bem (pois é lá possível compreender perfeitamente aquilo que não formos capazes de dizer?). Onde é impossível o cálculo aritmético impõe-se sugerir. Entre a expressão das realidades do mundo físico e a expressão das realidades do espírito humano o contraste é, em suma, o mesmo que existe entre a tarefa do operário fresador e a do fabricante de instrumentos de corda: ambos trabalham com rigor milimétrico; mas o primeiro utiliza aparelhos mecânicos de precisão; o segundo guia-se, sobretudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos. Não seria conveniente nem que o fresador se contentasse com o empirismo daquele fabricante, nem que este imitasse o fresador. Quem negará que não haja, como o tacto manual, um tacto das palavras?

III. — O tempo histórico

«Ciência dos homens», dissemos nós. É ainda muito vago. Temos de acrescentar: «dos homens no tempo». O historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração.

É certo ser difícil imaginar uma ciência, seja ela qual for, que possa abstrair do tempo. Contudo, para muitas delas que, por convenção, o fragmentam em partes artificialmente homogéneas, o tempo não é mais do que uma medida. Realidade concreta e viva volvida à irreversibili-

dade do seu impulso, o tempo da história é, pelo contrário, o próprio plasma em que banham os fenómenos, e como que o lugar da sua inteligibilidade. O número de segundos, de anos ou de séculos que um corpo radioactivo leva a transformar-se noutros corpos é, para a atomística, um dado fundamental. Mas que esta ou aquela metamorfose se tenha verificado há mil anos, ontem ou hoje, ou se verifique amanhã, é consideração que indiscutivelmente interessaria o geólogo, e porque a geologia é, a seu modo, uma disciplina histórica, deixa o físico perfeitamente indiferente. Em contrapartida, nenhum historiador se dará por satisfeito sabendo que César levou oito anos para conquistar a Gália; que foram precisos quinze a Lutero para que do ortodoxo noviço de Erfurt surgisse o reformador de Wittemberg. Importa-lhe muito mais determinar o lugar cronológico exacto da conquista da Gália no quadro das vicissitudes das sociedades europeias; e, sem negar de maneira nenhuma o que possa ter havido de eterno numa crise de alma como a do irmão Martinho, o historiador só julgará tê-la apreciado devidamente depois de lhe ter fixado com precisão o momento na curva dos destinos tanto do homem que foi o herói de tal crise de alma como da civilização que ela teve por clima.

Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, contínuo. E também perpétua mudança. Da antítese destes dois atributos procedem os grandes problemas da investigação histórica. Antes de qualquer outro, aquele que põe em causa a própria razão de ser do nosso trabalho. Suponhamos dois períodos sucessivos delimitados na corrente ininterrupta das idades. Em que medida — quer o nexa que o fluxo da duração estabelece entre eles prevaleça, ou não, sobre a dissemelhança nascida dessa mesma duração —, em que medida cumpre considerar o conhecimento do mais antigo como necessário ou supérfluo à inteligência do mais recente?

IV. — O ídolo das origens

Nunca foi mau começar por um *mea culpa*. A explicação do mais próximo pelo mais remoto, sendo naturalmente prezada pelos homens que fazem do passado o seu principal tema de investigação, dominou por vezes os nossos estudos até à hipnose. Na sua forma mais característica, este ídolo da tribo dos historiadores tem por nome a obsessão das origens. No desenvolvimento do pensamento histórico teve também o seu momento de particular favor.

Creio ter sido Renan que escreveu um dia (cito de memória, por isso receio não ser absolutamente exacto): «Em todas as coisas humanas, são sobretudo dignas de estudo as origens.» E Sainte-Beuve antes dele: «Observo e fixo com curiosidade o que começa.» É bem do tempo deles a ideia. A palavra «origens» também. As *Origens do Cristianismo* corresponderam um pouco mais tarde as *Origens da França Contemporânea*. Sem contar os epígonos. Mas a palavra é inquietante, por equívoca.

Significa ela simplesmente «começos»? Quase que será clara. E, mesmo assim, sob a reserva de que para a maioria das realidades históricas a própria noção desse ponto inicial é singularmente fugidia. E, sem dúvida, uma questão de definição. De uma definição que, infelizmente, nos esquecemos frequentemente de propor.

Por origens entenderemos, pelo contrário, as causas? Não haverá então maiores dificuldades do que aquelas que constantemente (e mais ainda, é claro, nas ciências do homem) são, por natureza, inerentes às investigações causais. Mas entre os dois sentidos verifica-se, frequentemente, uma contaminação que é tanto mais temível quanto não é, em geral, claramente sentida. No vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Eis aí a ambiguidade, o perigo.

★

Seria interessantíssimo promover uma investigação acerca desta obsessão embriogénica tão arreigada em toda a preocupação de exegetas. «Não compreendo a sua emoção», confessava Barrès a um sacerdote que perdera a fé. «Que têm que ver com a minha sensibilidade as discussões de um punhado de sábios à volta de alguns nomes hebraicos? Basta a atmosfera das igrejas.» E Maurras dizia, por sua vez: «Que me importam os evangelhos de quatro judeus obscuros?» («obscuros» quer aqui dizer, penso eu, plebeus; porque a Mateus, Marcos, Lucas e João parece difícil não reconhecer, ao menos, uma certa notoriedade literária). Esses pantomineiros disseram coisas incríveis; nem Pascal nem Bossuet teriam falado assim, com certeza. Podemos conceber uma experiência religiosa que não deva nada à história. Ao deísta puro basta uma iluminação interior para crer em Deus. Não para crer no Deus dos cristãos. Porque o cristianismo, já o disse, é por essência uma religião histórica: quero dizer, uma religião cujos dogmas primordiais assentam em acontecimentos. Tornem a ler o *Credo*: «Creio em Jesus Cristo... que foi crucificado sob o poder de Pôncio Pilatos... e ressuscitou dos mortos ao terceiro dia.» Aqui, os princípios da fé são também os seus alicerces.

Ora, por um contágio sem dúvida inevitável, estas preocupações, que, em certa forma de análise religiosa, teriam a sua razão de ser, alargaram-se a outros domínios de investigação, onde a sua legitimidade era muito mais contestável. Domínios em que uma história tendo por centro os princípios das coisas foi posta ao serviço da apreciação dos valores. Perscrutando as «origens» da França do seu tempo, que se propunha Taine senão denunciar o erro de uma política procedente, em sua opinião, de uma falsa filosofia do homem? Quer se tratasse de invasões germânicas ou da conquista normanda da In-

glaterra, o passado apenas foi tão activamente empregado para explicar o presente no propósito de o justificar ou de o condenar. De modo que, em muitos casos, o demónio das origens talvez fosse apenas um avatar daquele outro satânico inimigo da verdadeira história: a mania de julgar.

★

Voltemos, entretanto, aos estudos cristãos. Para a inquieta consciência que se busca, uma regra de fixar a sua atitude perante a religião católica, tal como ela se define quotidianamente nas nossas igrejas, é uma coisa; mas já é outra, para o historiador, explicar como um facto de observação o catolicismo do presente. O conhecimento dos primórdios dos fenómenos religiosos actuais é indispensável, escusado é dizê-lo, à sua justa compreensão, mas não basta para os explicar. Para simplificação do problema, renunciemos mesmo à questão de saber até que ponto, sob um mesmo nome, a fé, na sua substância, permaneceu de facto absolutamente imutável. Por muito intacta que se suponha uma tradição, há sempre que encontrar as razões por que se manteve. Razões humanas, entenda-se; a hipótese de uma acção providencial escaparia à ciência. A questão, numa palavra, já não é a de saber se Jesus foi crucificado e depois ressuscitou. O que se pretende compreender, daqui em diante, é como há tantos homens que crêem na Crucificação e na Ressurreição. Ora, a fidelidade a uma crença é, sem sombra de dúvida, um dos aspectos da vida geral em que este carácter se manifesta. E como que um nó em que se mistura uma quantidade de traços convergentes, quer de estrutura social, quer de mentalidade. Em suma, levanta um problema de clima humano. O carvalho nasce da bolota. Mas em carvalho se torna e em carvalho permanece apenas se encontra condições de meio favoráveis, que não são já do foro da embriologia.

★

A história religiosa foi aqui citada apenas como exemplo. Em todas as modalidades de estudo da actividade humana, o mesmo risco espreita os indagadores de origens: confundir uma filiação com uma explicação.

Era já, afinal, a ilusão dos velhos etimologistas, que pensavam ter dito tudo quando confrontavam a significação actual de uma palavra com a significação mais antiga que se conhecia; quando tinham demonstrado, suponhamos, que *bureau* designou, primitivamente, um tecido, ou *timbre* um tambor. Como se o problema importante não fosse o de saber como e porquê de uma significação se deslizou para outra. Como se, principalmente, tanto quanto o seu próprio passado, uma palavra não tivesse o seu papel, em uma língua, determinado pelo estado contemporâneo do vocabulário, vocabulário que, por sua vez, está dependente das condições sociais do momento. *Bureaux*, no caso das repartições de ministério, significa uma burocracia. Quando peço *timbres* (selos) nos correios, o uso que faço do termo pressupõe, além da organização lentamente elaborada de um serviço postal, a transformação técnica decisiva para o futuro das permutas entre pensamentos humanos, que substituiu recentemente a impressão de um carimbo pela aposição de uma vinheta gomada. Isto foi possível somente porque, especializadas por mesteres, as diferentes acepções da velha palavra a tal ponto se afastaram uma da outra que não há confusão possível entre o selo que colo no meu sobrescrito e o timbre de um instrumento musical.

«Origens do regime feudal», é costume dizer. Aonde ir buscá-las? Responderam uns: «a Roma». Outros: «à Germânia». As razões de tais miragens são claríssimas. Num lugar como noutro existiam, com efeito, certos costumes — relações de clientela, companheirismo guerreiro, função da tenência como salário dos serviços — que as

gerações posteriores, contemporâneas, na Europa, das épocas ditas feudais, haviam de continuar. Modificando-as muito, aliás. De ambos os lados, sobretudo, eram empregadas palavras — «benefício» (*beneficium*) entre os Latinos, «feudo» entre os Germanos — de que essas gerações continuaram a servir-se, conferindo-lhes, a pouco e pouco, e sem se aperceberem bem disso, um conteúdo inteiramente novo. Porque, para grande desesepo dos historiadores, os homens não têm o hábito de mudar o vocabulário de cada vez que mudam os costumes. Não há dúvida de que são verificações interessantíssimas. Poderá julgar-se que esgotam o problema das causas. O feudalismo europeu, nas suas instituições características, não se fez por uma arcaica textura de sobrevivências. Durante uma certa fase do nosso passado, nasceu de toda uma ambiência social.

Seignobos disse algures: «Creio que as ideias revolucionárias do século XVIII... provêm das ideias inglesas do século XVII.» Queria ele dizer com isto que, tendo os publicistas franceses da época das luzes lido determinados escritos ingleses do século precedente ou sofrido indirectamente a sua influência, lhes adoptaram os princípios políticos? Podemos dar-lhe razão. Pelos menos se supusermos que os nossos filósofos não tenham lançado, por sua vez, nas fórmulas estrangeiras, nada de verdadeiramente original, como substância intelectual ou como tonalidade de sentimento. Mas, mesmo assim reduzida, com muita arbitrariedade, a influências estranhas, a história deste movimento de pensamento está longe de ficar completamente esclarecida. Porque subsiste sempre o problema de saber por que razão a transmissão se operou na data indicada: nem mais cedo, nem mais tarde. Um contágio supõe duas coisas: gerações de micróbios e, no instante em que se declara o mal, um «terreno» propício.

Em suma: nunca um fenómeno histórico se explica plenamente fora do estudo do seu momento. E isto é válido para todas as etapas da evolução. Para aquela em

que vivemos, como para outras. Já um provérbio árabe o dissera: «Os homens parecem-se mais com o seu tempo que com os seus pais.» Foi por se ter olvidado esta sabedoria oriental que se desacreditou às vezes o estudo do passado.

V. — Dos limites de actual e do inactual

Entretanto, pelo facto de o passado não explicar todo o presente, será caso de julgar que o passado é inútil para a sua explicação? O que é estranho é que a questão, hoje, se possa pôr.

Na realidade, até uma época muito próxima de nós, tal questão afigurou-se quase por unanimidade antecipadamente resolvida. «Todo aquele que se ativer ao presente, ao actual, não compreenderá o actual», escrevia, no século passado, Michelet, no início daquele belo livro de *Povo*, cheio, no entanto, dos entusiasmos do momento. E já Leibniz punha entre os benefícios que esperava da história «as origens das coisas presentes encontradas nas coisas passadas; porque», acrescenta ele, «a melhor maneira de compreender uma realidade é conhecer-lhe as suas causas» (6).

Mas, após Leibniz, após Michelet, deu-se um grande acontecimento: as sucessivas revoluções das técnicas alargaram desmesuradamente o intervalo psicológico entre as gerações. Não é sem alguma razão, talvez, que o homem da idade da electricidade ou do avião se sente muito longe dos seus antepassados. Onde logo conclui, mais imprudentemente ainda, que deixou de ser determinado por eles. Acrescentemos o jeito modernista próprio da mentalidade do engenheiro. Será necessário ter compreendido as ideias do velho Volta sobre o galvanismo para pôr em movimento e consertar um dinamo? Por analogia, decerto defeituosa, mas que espontaneamente se impõe a mais de uma inteligência submetida à máquina, poderá também pensar-se que, do mesmo modo, de nada serve para compreender os grandes problemas humanos da actuali-

dade e para tentar resolvê-los, analisar-lhes os antecedentes. Como hão-de os próprios historiadores, influenciados também, embora sem se aperceberem claramente disso, por esta atmosfera modernista, não ter o sentimento de que, igualmente no seu domínio, a fronteira que separa o recente do antigo se não desloque com um movimento menos constante? O regime da moeda estável e do padrão-ouro, que ainda ontem figurava, em todos os manuais de economia política, como a própria norma da actualidade, pertence ainda, para o economista de hoje, ao presente ou à história que já cheira bastante a bafio? Por detrás destes paralogismos, todavia, é fácil descobrir um feixe de ideias menos inconsistentes e cuja simplicidade, pelo menos aparente, seduziu determinados espíritos.

★

No vasto fluir dos tempos, julgamos poder pôr à parte uma fase pouco extensa. Relativamente pouco distante de nós no seu ponto de partida, ela abarca no seu termo os próprios dias que vivemos. Nesta fase, nem os caracteres salientes do estado social ou político, nem a ferramenta material, nem a tonalidade geral da civilização, nada, apresentam — parece — diferenças profundas com o mundo em que temos os nossos hábitos. Parece, digamos, afectada, em relação a nós, por um fortíssimo coeficiente de «contemporaneidade». E daí a honra, ou a tara, de não ser confundida com o resto do passado. «De 1830 para cá já não é história», dizia um dos nossos professores do liceu, muito velho já, quando eu era ainda muito novo, «é política.» Hoje já se não diria: «de 1830 para cá» — as Três Gloriosas, por sua vez, envelhecera —, nem «é política.» Mas, antes, num tom respeitoso: «sociologia»; ou, com menos consideração: «jornalismo». Muitos, contudo, repetiriam de bom grado: desde 1914 ou 1940, já não é história. Sem se entenderem bem, aliás, acerca dos motivos deste ostracismo.

Alguns, julgando que os factos que estão mais perto de nós são por isso menos refractários a qualquer estudo verdadeiramente sereno, desejam somente evitar à casta Clio inflamados contactos. Assim pensava, creio eu, o meu velho professor. O que é minimizar o domínio que temos dos nossos nervos. É esquecer também que, quando as ressonâncias sentimentais entram em jogo, o limite entre o actual e o inactual não se regula necessariamente pela medida matemática de um intervalo de tempo. Tinha tão pouca razão o meu bom reitor que, no liceu do Linguadoque onde assentei praça como professor, me advertia com a voz grossa de capitão de ensino: «Aqui, o século XIX não é muito perigoso. Mas, quando chegar às guerras da religião, tenha cuidado.» Em boa verdade, aquele que, à sua mesa de trabalho, não tenha força suficiente para subtrair o cérebro aos vírus do momento, será capacíssimo de deixar inquinado de toxinas um comentário da *Iliada* ou do *Ramayana*.

Outros sábios, pelo contrário, julgam com razão que o presente humano é perfeitamente susceptível de conhecimento científico. Mas pensam-no, reservando o seu estudo a disciplinas muito diferentes da que tem por objecto o passado. Por exemplo, analisam e pretendem compreender a economia contemporânea à custa de observações limitadas, no tempo, a algumas décadas. Em suma, consideram a época em que vivem separada das antecedentes por contrastes grandes de mais para não ter em si mesma a sua própria explicação. Tal é também a atitude instintiva de muitos que são simples curiosos. A história dos períodos um pouco longínquos sedu-os apenas como um inofensivo luxo do espírito. De uma banda, um punhado de antiquários ocupados, por deleite macabro, em desfazer os deuses mortos; de outra, sociólogos, economistas, publicistas: os únicos exploradores das coisas vivas...

VI. — Compreender o presente pelo passado

Visto de perto, o privilégio de auto-inteligibilidade assim atribuído ao presente assenta numa sucessão de estranhos postulados.

Supõe, antes do mais, que as condições humanas sofreram, no intervalo de uma ou duas gerações, uma mudança não só muito rápida, como também total: de sorte que nenhuma instituição um pouco antiga, nenhuma conduta tradicional, teriam escapado às revoluções do laboratório ou da fábrica. É esquecermo-nos da força da inércia própria de tantas criações sociais.

★

O homem passa o tempo a montar mecanismos de que se torna depois prisioneiro mais ou menos voluntário. Que observador, percorrendo as nossas províncias do Norte, se não impressionou com o estranho desenho dos seus campos? A despeito das atenuações que as vicissitudes da propriedade trouxeram, no decurso das idades, ao esquema primitivo, o espectáculo dessas fitas, desmesuradamente estreitas e alongadas, que dividem o solo arável num número prodigioso de parcelas, ainda hoje é de molde a confundir o agrónomo. Não pode contestar-se a dissipação de esforços causada por tal disposição das terras, nem os incómodos que impõe aos cultivadores. Como explicá-lo? Pelo Código Civil e seus inevitáveis efeitos responderam publicistas apressados em demasia. Modifica, portanto, as leis sobre herança, acrescentavam eles, e suprimireis assim todo o mal. Se soubessem mais história, se tivessem também interrogado melhor uma mentalidade camponesa formada por séculos de empirismo, haveriam de julgar o remédio menos fácil. Com efeito, essa estrutura remonta a origens tão recuadas que nenhum sábio, até agora, a explicou de modo satisfatório; prová-

velmente, é maior a responsabilidade dos arroteadores da época dos dólmenes do que a dos legistas do Primeiro Império. Como o erro sobre a causa se continua, como acontece quase necessariamente, em erro de terapêutica, a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete, no presente, a própria acção.

Mas há mais. Para que uma sociedade, seja qual for, pudesse ser determinada por inteiro pelo momento imediatamente anterior àquele que vive, não bastaria ter uma estrutura tão perfeitamente adaptada à mudança que seria verdadeiramente invertebrada; seria ainda necessário que as permutas entre as gerações se operassem somente, se assim posso dizê-lo, em fila indiana — não tendo as crianças outro contacto com os seus antepassados a não ser por mediação de seus pais.

Sabemos que isto se não passa assim, mesmo no caso das comunicações puramente orais. Vejamos, por exemplo, as nossas aldeias. Dadas as condições de trabalho que obrigam o pai e a mãe a estarem afastados dos filhos quase o dia inteiro, são eles criados sobretudo pelos avós. Por cada nova formação de espírito recua-se, portanto, um passo, que, por cima da geração eminentemente portadora de mudanças, vincula os cérebros mais maleáveis aos mais cristalizados. E daí procede, antes de mais nada — não tenhamos dúvidas —, o tradicionalismo inerente a tantas sociedades camponesas. O caso é particularmente evidente. Mas não é único. Como o antagonismo natural aos grupos de idade se verifica principalmente entre grupos limítrofes, acontece que mais do que uma juventude ficou a dever às lições dos velhos pelo menos tanto quanto às dos homens feitos.

★

Com muita maior razão, o processo escrito facilita bastante, entre gerações por vezes deveras afastadas,

aquelas transferências de pensamento que constituem, no sentido próprio, a continuidade de uma civilização. Lutero, Calvino, Lóiola: homens de outros tempos, é verdade, homens do século XVI, que o historiador, ocupado em compreendê-los e em fazer compreendê-los, terá como primeiro dever restituir ao meio respectivo, banhados pela atmosfera mental de seu tempo, a contas com problemas de consciência que já não são exactamente os nossos. No entanto, será lícito afirmar que, para a justa compreensão do mundo actual, a inteligência da Reforma protestante ou da Reforma católica, afastadas de nós por centenas de anos, não interessa mais que a de muitos outros movimentos de ideias ou de sensibilidade indubitavelmente mais próximos no tempo mas mais efêmeros?

O erro, em suma, é evidente, e, para o liquidar, basta formulá-lo. É costume imaginar-se o decorrer da evolução humana como constituído por uma sequência de breves e profundos sacões, durando cada um deles apenas o espaço de algumas vidas. Prova a observação, pelo contrário, que nessa imensa continuidade as grandes perturbações são perfeitamente capazes de se propagar desde as mais longínquas moléculas até às mais próximas. Que se havia de dizer de um geofísico que, contentando-se com o apuramento dos miriâmetros, considerasse a acção da Lua sobre o nosso globo muito mais importante que a acção do Sol? Tanto no que respeita à duração como ao céu, a eficiência de uma força não se mede exclusivamente pela distância.

De entre as coisas passadas, mesmo aquelas — crenças desaparecidas sem deixar o menor rasto, formas sociais malogradas, técnicas mortas — que, como parece, deixaram de dirigir o presente, iremos considerá-las inúteis para a sua compreensão? Seria esquecer que não há verdadeiro conhecimento sem um certo teclado de comparação. Contanto, está claro, que o confronto incida sobre realidades ao mesmo tempo diferentes e, contudo, aparentadas. Ninguém poderá dizer que não seja assim.

Já não pensamos hoje, realmente, como o escrevia Maquiavel, como o pensavam Hume ou Bonald, que há ao tempo «uma coisa, pelo menos, que é imutável: o homem». Aprendemos que também o homem mudou muito: no seu espírito e, provávelmente, até nos mais delicados mecanismos do corpo. Como poderia ser de outro modo? Transformou-se profundamente a sua atmosfera mental; e também a sua higiene, a sua alimentação. Convimos, todavia, em que existe na natureza humana e nas sociedades humanas um fundo permanente. Se assim não fosse, os próprios vocábulos de «homem» e de «sociedade» não significariam coisa nenhuma. Teremos nós a veleidade de compreender esses homens se os estudarmos apenas nas suas reacções perante as circunstâncias peculiares a um momento? Mesmo a respeito daquilo que nesse momento eles são, a experiência será insuficiente. Muitas virtualidades provisoriamente pouco aparentes, mas que, a cada instante, se podem revelar, muitos motores, mais ou menos inconscientes, das atitudes individuais ou colectivas, ficarão na sombra. Uma experiência única é sempre impotente para discriminar os seus próprios factores; impotente, por conseguinte, para propiciar a sua própria interpretação.

VII. — Compreender o passado pelo presente

É tal a força da solidariedade das épocas que os laços de inteligibilidade entre elas se tecem verdadeiramente nos dois sentidos. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja mais útil esforçarmo-nos por compreender o passado, se nada sabemos do presente. Já contei algures esta anedota: acompanhava eu Henri Pirenne a Estocolmo; mal chegámos, diz-me ele: «Que vamos nós ver primeiro? Parece que há uma Câmara nova. Começemos por lá.» Depois, como se me quisesse evitar um movimento de

surpresa, acrescentou: «Se eu fosse um antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida.» Nesta faculdade de apreensão do que é vivo é que reside, efectivamente, a qualidade fundamental do historiador. Não nos deixemos seduzir por determinadas friezas do estilo. Tiveram-na os maiores entre nós: Fustel ou Maitland à sua maneira, que era mais austera, e não menos que Michelet. E até talvez seja na sua origem um dom das fadas, que ninguém poderá ter a pretensão de possuir se a não tiver trazido do berço. Mas nem por isso tem menos necessidade de ser constantemente exercitada e desenvolvida. De que maneira? Apenas, como o exemplo dado pelo próprio Pirenne, por um contacto perpétuo com o presente.

Porque o frémido de vida humana, necessitando de um esforço penoso de imaginação que a restitua aos velhos textos, é daquela maneira directamente perceptível pelos nossos sentidos. Já tenho lido muitas vezes, já muitas vezes tenho contado, descrições de guerra e de batalhas. Mas conhecia eu verdadeiramente, no pleno sentido do verbo *conhecer*, conhecia eu por dentro, antes de por mim mesmo ter experimentado o gosto da sua náusea atroz, o que representam para um exército o cerco, para um povo a derrota? Antes de eu próprio ter respirado a alegria da vitória naquele Verão e naquele Outono de 1918 — esperando, e bem o desejo, tornar a encher com ela os meus pulmões uma segunda vez: mas o perfume, aí de nós!, não será já precisamente o mesmo — sabia eu verdadeiramente o encanto que aquela palavra encerra? Em boa verdade, conscientemente ou não, é sempre às nossas experiências quotidianas que, em última análise, vamos buscar, dando-lhes, onde for necessário, os matizes de novas tintas, os elementos que nos servem para a reconstituição do passado: as próprias palavras de que nos servimos para caracterizar os estados de alma desaparecidos, as formas sociais estioladas, que sentido teriam para nós se não tivéssemos visto primeiro viver os ho-

mens? Vale mil vezes mais esta inpregnação instintiva que uma observação voluntária e controlada. Um grande matemático não o é menos, creio eu, se passar de olhos fechados pelo mundo em que vive. Mas o erudito que não tenha o gosto de olhar à volta de si mesmo, nem para os homens, nem para as coisas, nem para os acontecimentos, merece talvez, como dizia Pirenne, que lhe chamem um prestimoso antiquário. Mas deveria ter o bom senso de renunciar ao nome de historiador.

★

Além do mais, não é apenas a educação da sensibilidade histórica que está em causa. Acontece que, numa determinada linha, o conhecimento do presente interessa mais directamente ainda à inteligência do passado.

Seria, com efeito, erro grave julgar que a ordem adoptada pelos historiadores nas suas investigações tenha necessariamente de modelar-se pela dos acontecimentos. Tiraram frequentemente proveito, sob a condição de restituírem depois à história o seu movimento verdadeiro, de começarem a lê-la, como dizia Maitland, «às avessas». Porque o caminho natural de qualquer investigação se faz do mais bem ou do menos mal conhecido para o mais obscuro. Não é certo que a luz dos documentos se torne regularmente mais viva à medida que se desce ao longo do tempo. Estamos incomparavelmente menos bem informados acerca do século X da nossa era, por exemplo, que a respeito da época de César ou de Augusto. Na maioria dos casos, no entanto, os períodos mais próximos coincidem com zonas de relativa claridade. Devemos acrescentar que procedendo mecânicamente de trás para a frente corremos sempre o risco de perder o tempo à caça dos primórdios ou das causas dos fenómenos que depois, à luz da experiência, se revelarão talvez imaginários. Por não terem praticado, quando e onde se impunha, um método prudentemente regressivo é que alguns dos mais

ilustres historiadores cometeram, por vezes, erros estranhos. Fustel de Coulanges debruçou-se sobre as «origens» das instituições feudais, de que tinha uma imagem, desconfio eu, bastante confusa, e sobre as primícias de uma servidão a que ele emprestava, mal instruído por descrições de segunda mão, cores completamente falsas.

Acontece, e com mais frequência do que se pensa, que se tenha exactamente de vir até ao presente para que a luz se faça. Por alguns dos seus caracteres fundamentais, a nossa paisagem rural — sabemos-lo já — data de épocas extremamente remotas. Mas houve uma condição primordial a respeitar, a fim de interpretarmos os raros documentos que permitem penetrar nessa génese brumosa, de pormos os problemas correctamente, de formarmos sequer uma ideia deles: tal condição foi observar, analisar a paisagem de hoje. E isto porque só ela podia propiciar as perspectivas de conjunto de que era necessário partir. Não, por certo, que devêssemos, fixada uma vez por todas essa imagem de conjunto, impô-la tal qual a cada etapa do passado, sucessivamente reencontrada de jusante a montante. Neste caso, como noutros, o que o historiador deseja captar é exactamente uma mudança. Mas, no filme que observa, só está intacta a última película. Para reconstituir os vestígios apagados das restantes é forçoso, primeiro, desbobinar a película no sentido inverso das filmagens.

★

Só há, pois, uma ciência dos homens no tempo e que tem de vincular incessantemente o estudo dos mortos ao dos vivos. Como dominá-la? Já disse por que razão o nome antigo de «história» me parece o mais compreensivo, o menos exclusivo; o mais carregado também das emocionantes recordações de um esforço muito mais que secular; por conseguinte, o melhor. Ao propormos alargar o nome, contrariamente a certos preconceitos, de resto

muito mais novos do que ele, até ao conhecimento do presente, não se pretende formular — valerá a pena dizê-lo? — nenhuma reivindicação corporativa. A vida é demasiado breve, excessivamente demorada a aquisição dos conhecimentos, para ser possível, mesmo ao maior génio, uma experiência total da humanidade. O mundo actual terá sempre os seus especialistas, como a idade da pedra ou a egiptologia. A uns e a outros se pede simplesmente que se lembrem de que as investigações históricas não suportam nenhuma autarcia. Isolado, ninguém compreende as coisas senão por metade, mesmo no seu próprio âmbito de estudos; e a única história verdadeira, que só pode ser feita mediante colaboração recíproca, é a história universal.

Contudo, uma ciência não se define apenas pelo seu objecto. Os seus limites podem igualmente ser fixados pela própria natureza dos seus métodos. Importa pois perguntar se, consoante nos afastemos ou nos aproximemos do presente, as próprias técnicas de investigação não deverão ser tidas por radicalmente diferentes. E pôr o problema da observação histórica.

CAPÍTULO II

A OBSERVAÇÃO HISTÓRICA

I. — Caracteres gerais da observação histórica

Para começar, vamos deliberadamente focar o estudo do passado.

Os caracteres mais aparentes da informação histórica, entendida no sentido restrito e usual do termo, foram descritos muitíssimas vezes. Dizem-nos que o historiador não pode, em absoluto, e por definição, observar os factos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés. Nenhum especialista das guerras napoleónicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das épocas que nos precederam, só poderemos falar, portanto, a partir de testemunhas. Estamos, em relação a elas, na mesma situação do juiz de instrução que procura reconstituir um crime a que não assistiu; na do físico que, retido em casa pela gripe, fosse conhecendo os resultados das suas experiências pelos relatórios do servente de laboratório. Em suma, por contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria forçosamente «indirecto». Ninguém pode negar que haja alguma verdade nestas observações. Têm, no entanto, de ser sensivelmente temperadas.

★

Suponhamos um cabo de guerra que acaba de alcançar uma vitória. E que começa logo a escrever o relato por